

Sobre a Explicação: leitura(s) de um programa de trabalho

Clara Nunes Correia

Abstract: The discussion of the role of explanation in linguistic research implies the discussion of the role of the theoretical frameworks that support the answers to the main questions concerning the diversity of languages and the activity of language itself. In this presentation, the author introduces the discussion of some of these questions, and presents a ‘work program’ on linguistic research that will help to understand how linguistic forms can be described and explained, despite the instability of grammar categorization and the diversity of their functioning in a given language.

Explicar , v.t. (do latim *explicare*). Fazer compreender uma coisa desenvolvendo-a pormenorizadamente tornando-a inteligível, clara (...); expor, desenvolver, explicar (...); dar a conhecer a origem ou motivo (de alguma coisa) difícil de conceber ou cuja razão ignoramos (...)”
GDP 10ªedição

Nos diferentes modelos de análise linguística, com que nos defrontamos quotidianamente, encontra-se sempre subjacente o pressuposto de que determinado aparato teórico permite a explicação de um dado facto (ou de um conjunto de factos) da língua (ou das línguas), ou, num sentido ainda mais abrangente, esse aparato teórico permite explicar o funcionamento – ou mesmo a razão de ser – da actividade (ou da faculdade) de linguagem. Assim, *explicar* torna-se indissociável de um conjunto de postulados teóricos que satisfazem as

condições de natureza empírica do facto (ou dos factos) que se pretende(m) explicar.

É com base nos diferentes modelos que nas ciências em geral, e em linguística de forma particular, é possível construir a *explicação* que seja capaz de dar respostas sobre os objectos em análise, explicação tanto mais aceitável se tendencialmente permitir a construção de generalizações de cariz universalizante.

Deste modo, a *explicação em linguística* só se compreende a partir do conhecimento de um conjunto de ‘ferramentas’ –

conceptuais e metalinguísticas – validando-se um dado facto no âmbito de um determinado modelo. A modelização – mesmo quando não explicitada – está interligada, inevitavelmente, à *explicação*. Estas reflexões – mais ou menos banais para quem desenvolve trabalho em linguística – levantam, no entanto, alguns problemas, problemas que nos são colocados quando realizamos o nosso próprio trabalho de investigação ou quando temos a responsabilidade de orientar percursos académicos de estudantes de diferentes graus. Assim, ao optar-se por um determinado modelo teórico, um dos primeiros problemas que julgo merecer reflexão é o de se correr o risco da circularidade explicativa. Neste caso, o fechamento metalinguístico torna a explicação tão opaca quanto o problema que se pretende explicar; o segundo é o de fechamento em relação a outras hipotéticas (e válidas) explicações. Esse fechamento impede a renovação de uma qualquer hipótese, criando reflexões que impedem a visibilidade – ou a transparência – dos argumentos, gerando-se *ghettos* de analistas que professam o mesmo conjunto de crenças. Finalmente, e associado sobretudo com este último ponto, existe a validação de uma explicação assente no

argumento de uma autoridade, pressupondo-se, ou mesmo aceitando-se, que a referência a um nome – reconhecido como autor de um modelo, por exemplo – é suficiente para validar a explicação que se pretende dar.

No entanto, no lado oposto desta vertente analítica, a indiferenciação instável de um rumo teórico leva, inevitavelmente, à não-clarificação do problema com que estamos a lidar, ficando o problema por resolver. Assim, as explicações ganham um cunho casuístico, são aleatórias e são inconsequentes, porque, por não serem generalizáveis, as respostas encontradas não constituem pontos de ancoragem que permitem o seu desenvolvimento.

Uma outra questão interessante é de se saber se, na generalidade dos estudos de linguística actual com que nos deparamos, se se privilegia a vertente explicativa ou a vertente descritiva, ou se uma decorre da outra, confundindo-se num processo – ou mesmo num procedimento – analítico indiferenciado.

A resposta a estas questões (ou a questões que podem ser desencadeadas a partir do levantamento dos diferentes processos ‘explicativos’) não existe. E talvez seja bom que não exista mesmo! O facto de se pensar nelas – quando se define um

programa de investigação, pode ser útil para que se reencontre um equilíbrio desejável.

De algum modo foram estas preocupações que me permitiram ‘optar’, em termos de trabalho de investigação, por um percurso assente num conjunto de princípios – de natureza teórica – que possibilitam, em termos metodológicos, a construção de um ‘programa de trabalho’, que, se não oferece uma resposta a todos os problemas que se põem à investigação sobre os valores das formas linguísticas, permite, de forma coerente conjugar os inúmeros factores que podem intervir na ‘construção’ de argumentos que levem, desejavelmente, à explicação do funcionamento dessas formas dentro de um dado sistema.

Este ‘programa de trabalho’ satisfaz, pela formalização da sua própria génese, algumas das preocupações acima descritas: ao permitir uma reflexão alargada e inter-relacionada de níveis de análise que se completam (a generalidade dos trabalhos desenvolvidos tem incidência sobre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática), permite ainda uma abertura que integra e incorpora, na validação das hipóteses que se põem, perspectivas teóricas diferenciadas. Neste sentido, a adequação explicativa obriga a que exista a

possibilidade de uma reconstrução dos mecanismos teóricos disponíveis. Este conjunto de princípios tem-se mostrado adequado nas propostas de explicação quer do funcionamento de formas linguísticas, quer de categorias gramaticais, desenvolvidos por, entre outros, A. Culioli (cf. sobretudo Culioli 1995), de Vogüé 2004, Franckel & Paillard 2007, Campos 1997, 1998... É de sublinhar que estes trabalhos, ao mesmo tempo que propõem uma explicação para os dados em análise, desencadeiam um conjunto de princípios teóricos que reformulam (e reconstróem) de forma dinâmica o modelo donde se partiu. Só a título de exemplo, veja-se a reformulação do conceito de forma esquemática, desenvolvida por Franckel, Paillard & Saunier 2007 ou a re-definição do conceito de télos nocional (Bouscaren et al 1993; Campos 2002) ou, ainda, a disponibilidade para integração, de princípios de outros quadros teóricos para a redefinição e afinação dos primados teóricos que caracterizam – fundacionalmente – este programa de trabalho (veja-se como exemplo, os recentes trabalhos desenvolvidos por, entre outros, Robert 2004).

Em termos muito gerais, poderemos afirmar que este programa de trabalho se

organiza a partir da intersecção de quatro vectores:

Domínio de análise - enunciativo (frase /enunciável/ enunciado)

Pressupostos: a linguagem é uma actividade de natureza cognitiva / as línguas são manifestações (representações) dessa actividade

Objecto: a manifestação linguística presente na diversidade das línguas

Objectivos :

(i) descrever os valores das formas linguísticas presentes nos textos

(ii) definir ‘aparatos’ formais que permitam descrever os valores das formas linguísticas

(iii) encontrar os invariantes da linguagem

Assim, ao assumir-se o enunciado como tendo um estatuto teórico, a análise a realizar terá de articular o que é dado e o que lhe é (está) subjacente; o estatuto dos primitivos teóricos (como a operação de localização abstracta, p.ex.) é verificado empiricamente; a generalização não é dada, é construída (e não traduzível) (cf. valores dos tempos verbais em diferentes línguas); o conceito de ‘representação’ é um conceito metodológico e não (exclusivamente) teórico; a parametrização é reguladora (cf. S_0 , S_1 , S_2) porque está dependente da relação estabilidade

/deformabilidade das diferentes formas.

Assim, não há uma resposta única: há respostas convergentes que permitem construir divergência, que permite dar respostas convergentes que permitem construir divergência ...

Por outro lado, na definição de objectivos multifacetados, estão implicados – para cada um – processos metodológicos que se complementam. A incidência da investigação sobre um ou outro destes objectivos permite a incorporação de diferentes designações (como TOPE, TFE, TIL...) que mais não são do que pontos de referência (prioritária) sobre o trabalho a desenvolver.

Esta dinâmica de análise permite (ou pode permitir) que se disponha de uma aparelhagem (mais do que um aparato) teórica que permita uma explicação dos dados que o investigador se propõe analisar. Por outras palavras: na minha opinião este não é um programa de trabalho explicativo; é um programa que fornece as ferramentas que permite construir a explicação.

Como ilustração breve do que afirmei, apresento de seguida, embora de forma esquemática, um caso de estudo (em curso) sobre ‘ficar’ em português.

O problema donde se partiu pode ser sintetizada na seguinte questão: qual o estatuto do v. *ficar* em PE contemporâneo? A partir de um conjunto de dados recolhidos aleatoriamente e tendo como base as propostas feitas em gramáticas de PE, encontram-se, entre outros, os seguintes ‘categorizações’ de *ficar*:

- a) Locativo - *Fiquei em casa*
- b) Predicativo - *Fiquei doente*
- c) Auxiliar - *Fiquei encantada*

Para a descrição destas diferentes categorizações a literatura apresenta quer argumentos de natureza sintáctica, quer argumentos de natureza semântica. A validação (explicação) para estas diferentes categorizações assenta, por um lado, nas relações que *ficar* estabelece com os diferentes ‘argumentos’ presentes nas predicacões em que ocorre, e, por outro, nas restrições que essas relações estabelecem. (cf., por exemplo, Gonçalves 2004, e a aplicação a *ficar* dos diferentes testes de auxiliaridade). Este conjunto de critérios serão aqui designados como Hipótese A.

Uma outra hipótese de estudo que se pode colocar na resolução do problema posto anteriormente (aqui designada como Hipótese B) é a de se saber se *ficar* pode

ser caracterizado por definir um valor único, subjacente a todas as suas ocorrências.

Se associarmos as duas hipóteses, poder-se-á obter quer uma explicação para as diferentes ocorrências de *ficar* que permitam a sua estabilização em PE, quer uma explicação para o sistema dos auxiliares.

Seguindo um trabalho não publicado de Campos (s/d), desenvolvido no âmbito do ‘programa de trabalho’ acima referido, encontramos um percurso explicativo que associa as duas hipóteses acima referidas.

Para a caracterização de *ficar* a autora toma como ponto de partida a relação de convergência e ou de divergência que enunciados com *ser*, *estar* e *ficar* manifestam, mostrando que, ao nível predicativo, estes verbos são marcadores de operações diferenciadas. Assim, se *ser* é o marcador de uma operação de identificação, *estar* e *ficar* têm, nas suas diferentes ocorrências, subjacente uma operação de localização.

Se tomarmos ainda a relação diferenciadora (ou unificadora) que estes verbos manifestam em PE, poderemos definir a sua formatação tendo em conta as diferenças que manifestam quer ‘na cons-

trução do termo de partida' da relação predicativa em que ocorrem, quer nas diferentes operações de determinação que desencadeiam, quer, ainda, nas operações de que cada um destes verbos é marcador quando as suas ocorrências incidem, para a construção de diferentes valores aspectuais, sobre a 'categoria dos instantes t'.

Assim, em relação à primeira destas operações (construção do termo de partida da relação predicativa) *ser*, *estar* e *ficar* constroem ocorrências localizadas no tempo e no espaço (*x ficou em / está em / é de Lisboa*); na construção de uma ocorrência única *ser* e *ficar* são os marcadores privilegiados para que o espaço seja o termo de partida da relação predicativa.

Se nos centrarmos, agora, nas diferentes operações de determinação de que estes verbos são marcadores, verificamos que (e sempre de acordo com esta proposta) *estar* e *ficar* são marcadores de uma operação de localização em relação ao sistema referencial (Sit). Se contrastarmos *ser* e *ficar*, esta operação de localização é caracterizada pelo valor de percurso (o um conjunto de ocorrências é percorrido sem que haja fixação a nenhum dos instantes t que definem essas ocorrências). No entanto, *ficar* é construtor de uma classe

descontínua de ocorrências, cabendo a *ser* uma localização estrita em relação a Sit. Ao visar-se, finalmente, os diferentes valores de *ficar* e *ser* – tendo em conta a construção de diferentes valores aspectuais – verifica-se que ambos os verbos são marcadores de estados, definindo topologicamente sobre as classes de instantes, um intervalo aberto; no entanto o tipo de estados envolvidos é diferente: se *ser* marca um estado definitório (*x é doente*), *ficar* marca um estado transitório (*x ficou doente*).

O estado transitório definido pelas ocorrências de *ficar* poderá ainda ser reformatado, sob o ponto de vista da construção de valores aspectuais, se tomarmos como ponto de estudo as configurações de *ficar+SP*. Ao definirem-se as operações que incidem sobre a classe de instantes t, *ficar +SP* define – de acordo com o diferente tipo de preposições envolvidas – operações de natureza diferente. Assim, em ocorrências de *ficar em*, sob o ponto de vista aspectual, existe uma operação de corte (em que o intervalo à esquerda é fechado); no entanto com *ficar por*, a operação de corte manifesta-se sem interrupção do acontecimento construído; *ficar a* define, numa sucessividade de intervalos, a intersecção entre dois

intervalos, construindo um contínuo com valor de interactividade.

Com esta breve descrição, poder-se-á ‘explicar’ como ‘ficar’ se individualiza em relação aos auxiliares tomados como referência neste estudo e se estabiliza num determinado sistema linguístico, enquanto marcador de operações abstractas que estão subjacentes à construção de todos os enunciados em que *ficar* ocorre e que só, aparentemente, apresentam uma instabilidade de significação que permite uma categorização diferenciada nas Gramáticas do Português.

Nota (à margem desta explicação):

A análise dos valores de *ficar*, feita a partir de um esquema ‘perdido’ no meio de inúmeros esquemas autógrafos de Henriqueta Costa Campos, revestiu-se, enquanto exercício, de duas facetas complementares: se teve, como objectivo central, validar alguns dos argumentos que foram sendo apresentados ao longo deste texto, pretendeu ainda explicar como pode ser explicado um esboço de trabalho de uma outra pessoa, perdido e encontrado no meio de folhas dispersas. A apropriação

deste esquema (s/d) da autora, só não é abusiva porque me foi, de alguma forma legado. A explicação para o que motivou este esquema não está registada. No entanto, tentei, da forma mais fiel possível, explicar esse esquema, mostrando como um ‘programa de trabalho’ pode ser eficaz para construir ‘uma explicação’. Este trabalho de HCC deve, por isso, ser lido aqui como um exemplo claro que mostra que a explicação [em linguística] só existe se se encontrar um suporte que a ‘deixe’ explicar. E esta foi apenas uma leitura explicativa deste esquema de trabalho.

Assim, longe de qualquer intenção de natureza qualitativa, tentou-se, apenas mostrar que a arte da explicação (ou os actos sucessivos em que nos desdobramos para ‘explicar’) encontra, como em todas as coisas, a dificuldade da sua própria existência. Mas se quisermos ser optimistas – e reavivando o nosso próprio Pangloss – poderemos sempre dizer que, se soubermos explicar o que é isto da explicação, haverá sempre alguém que, mais cedo ou mais tarde, acreditará que aquilo que estamos a dizer faz sentido, porque é/ficou inteligível.

Referências Bibliográficas

- Bouscaren, J. *et al.* 1993 Types de procès et repères temporels. *Cahiers de Recherche* 6. Paris: Ophrys.
- Campos, M. H. C. 1997 *Tempo, aspecto e modalidade*. Porto: Porto Editora
- Campos, M. H.C. 1998 *Dever e Poder – um subsistema modal do Português*. Lisboa: FCG/JNICT
- Campos, M. H.C. 2002 Questões aspectuais: algumas especificidades do Português. In S. Grosse. & A. Schönberger (eds) *Ex oriente lux. Homenagem a Eberhard Gärtner*. Frankfurt am Main: Valentia: 73- 88.
- Campos, M. H.C. (s/d) Os verbos *ser, estar e ficar*: construções de valores aspectuais. (ms)
- Culioli, A. 1995 *Cognition and representation in linguistic theory*. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins
- Cunha, C. & L.F. Lindley Cintra 1984 *Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa
- Franckel, J.J., D. Paillard & E. Saunier 1997 Modes de régulation et la variation sémantique d'une unité lexicale. Le cas du verbe passer. In P. Fiala, P. Lafon & M.F. Piguet (eds) *La locution : entre lexicque, syntaxe et pragmatique – Identification en corpus, traitement, apprentissage*. Paris : Klincksieck: 49-68.
- Franckel, J.-J. & D. Paillard 2007 *Grammaire des prépositions*. Paris: Ophrys
- Gonçalves, A. 1996 Aspectos da sintaxe dos Verbos Auxiliares do Português Europeu. In A. Gonçalves, M. Colaço, M. Miguel & T. Móia (eds) *Quatro Estudos em Sintaxe do Português*. Lisboa: Colibri: 7-50.
- Robert, S. 2004 The challenge of polygrammaticalization for linguistic theory: fractal grammar and transcategorial functioning. In Z. Frajzyngier, A. Hodges & D. S. Rood (eds.) *Linguistic Diversity and Language Theories*. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins: 119-142.
- de Vogüé, S. 2004 Syntaxe, référence et identité du verbe filer. *Linx* (50): 135-167

